



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

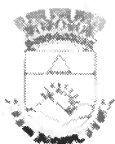
### **ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às 14 horas do dia 25/7/16, no Plenário Juscelino Kubitschek, sob a presidência do vereador Preto e com a presença do vereador Léo Burguês de Castro, deixou de reunir-se, por falta de quórum, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Registre-se a presença dos vereadores Pedro Patrus e Adriano Ventura - suplente do vereador Léo Burguês de Castro. Registre-se que: a) esta reunião estava marcada para iniciar-se às 13h30min; b) deixaram de ser apreciados nesta reunião os projetos de lei nºs 179/13, 1.842 e 1.933/16. Mesmo não havendo quórum, o presidente abriu os trabalhos para a realização da Audiência Pública com a finalidade de “discutir o Projeto de Lei nº 1.749/15, que aprova o Novo Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, bem como as emendas a ele apresentadas.” Registre-se que esta audiência realizou-se por iniciativa do vereador Preto, conforme o Requerimento de Comissão nº 366/16. O presidente suspendeu a reunião para transferi-la para o Plenário Amyntas de Barros. Às 14h20min o presidente reabriu a reunião. O presidente disse que esta reunião foi anunciada e os vereadores que têm dúvidas e querem explicações, sobre o projeto, suas emendas e substitutivo, deveriam estar presentes. O presidente convidou para compor a mesa: 1) o secretário municipal adjunto de Planejamento Urbano, Leonardo Amaral Castro; 2) a diretora de planejamento da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Maria Cristina Fonseca Magalhães; 3) a gerente de coordenação e gestão de Instrumentos de Política Urbana da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano - Smapu, Gisella Cardoso Lobato; 4) o presidente da Associação de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Moradores de Belo Horizonte, Fernando Santana e 5) a presidente da Associação Pedro I, Vilarinho e membro da Comissão da Cidadania da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Ana Cristina Drumond. O vereador Pedro Patrus questionou o fato de estarem realizando uma audiência pública para discutir um substitutivo ao projeto de lei do novo Plano Diretor, sem que o documento tenha sido publicizado. Salientou que os vereadores, os movimentos sociais e demais interessados deveriam ter tido acesso ao conteúdo do documento para que pudessem avaliá-lo e discuti-lo. Declarou sentir falta de representantes dos movimentos sociais na composição da mesa. Ressaltou que devem ter cuidado ao votar esse projeto de lei e que viu gestores do Executivo postarem nas redes sociais que o povo deveria pressionar os vereadores para aprovarem o novo Plano Diretor. Declarou que não podem votar o substitutivo do projeto sem que tenham conhecimento do conteúdo, uma vez que a ele não tiveram acesso. Observou que o Plano Diretor mexe com a estrutura da cidade. Disse que o Plano Diretor envolve empresários e Parcerias Público-Privadas - PPPs. Considerou que não podem ser massa de manobra da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - e que, se não analisarem bem o novo Plano Diretor, correm o risco de entregar a cidade aos grande empresários. O vereador Preto disse que o substitutivo foi protocolado há um mês na CMBH, portanto, se não foi publicizado, não é culpa do prefeito. Passaram a compor a mesa os representantes dos movimentos sociais: Edineia Aparecida de Souza do Movimento Nacional Luta Pela Moradia e o coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, Leonardo Pericles Vieira. O vereador Adriano Ventura considerou que a CMBH deve ser um espaço de discussão. Parabenizou os membros dos movimentos sociais que estão presentes nesta reunião. Saudou os movimentos de ocupação e de habitação presentes. Disse que recentemente ocorreu na CMBH um seminário sobre a habitação e que sentiu a falta da participação dos movimentos sociais, que não foram convidados. Disse que não podem votar um substitutivo a que os vereadores e os movimentos sociais não tiveram



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

acesso. Observou que embora o vereador Preto tenha informado que o substitutivo foi protocolado na CMBH há um mês, os vereadores não tiveram acesso a ele. Sugeriu que a defensora pública, Cleide Aparecida Nepomuceno, pudesse compor a mesa. Em seguida, o presidente convidou a defensora pública para compor a mesa e registrou a presença do vereador Silvinho Rezende. O secretário municipal adjunto de Planejamento Urbano, Leonardo Amaral Castro, cumprimentou todos os presentes. Disse que há cerca de um mês foi apresentada um Substitutivo - Emenda ao Projeto de Lei nº 1.749/15 e que até hoje esta não foi publicizada no *site* da CMBH e que, diante disso, a PBH tomou o cuidado de publicar em seu *site*. Considerou que o projeto precisa ser lido e compreendido por todas as pessoas que se interessam por esta discussão e que de alguma forma queiram se posicionar. Disse que houve discussões sobre o projeto de lei, as propostas foram apreciadas, avaliadas e transformadas em substitutivo. Disse que gostaria de retomar a discussão com uma breve apresentação. Esclareceu que compartilhou em sua rede social um chamado para as pessoas participarem desta audiência pública e discutirem o projeto, mas que isso não significa um apoio incondicional ao mesmo. Disse que o substitutivo é uma alternativa ao projeto de lei original que já está tramitando nesta Casa. Esclareceu que este projeto de lei é fruto de muitos debates iniciados em 2011, quando foi iniciado um trabalho dos planos diretores regionais, e que tiveram continuidade na 4ª Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte. Citou que nesta conferência foram destacados 6 eixos principais de discussão da cidade: 1) estruturação urbana do Município; 2) desenvolvimento econômico da cidade; 3) ambiental; 4) habitação; 5) mobilidade urbana e 6) cultural. Ressaltou que o referido projeto de lei é fruto de uma construção coletiva. Informou que na conferência foi constituída uma comissão especial de acompanhamento para a tramitação do projeto de lei. Disse que, em 2015, foi feita a apresentação desse projeto à CMBH, o que resultou em 128 sugestões populares que foram estudadas pela equipe da Smapu e, a partir daí,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

formularam o substitutivo. Disse que as alterações feitas são simples e de simples compreensão, pois o esqueleto do projeto de lei é o que foi construído na conferência. Disse que na atual legislação municipal existe uma série de áreas que são das edificações, mas que não são computadas no potencial construtivo dos imóveis. Esclareceu como funciona a simplificação do cálculo de acréscimos em relação à área líquida edificada. Disse que na legislação atual é possível construir um imóvel que destina metade da área para habitação e metade da área para vagas de automóveis. Considerou que o poder público não deve criar estímulos para a criação de vagas de garagem. Observou que os *pilotis* e rampas de acesso também não são contabilizados na legislação atual. Considerou que o excesso de áreas não computadas no potencial construtivo, mas que influem no volume final da edificação, e principalmente de uma edificação muito volumosa, traz vários tipos de impactos, que mesmo que não sejam de adensamento populacional, podem ser de volume da paisagem e/ou sombreamento das ruas, dentre outros. Declarou que isso gera uma distorção na forma como a cidade está sendo construída. Informou que o substitutivo propõe uma espécie de coeficiente de aproveitamento paralelo para resolver as áreas condominiais, externas às unidades privativas. Esclareceu que, para cada um coeficiente de aproveitamento a que se tem direito, haveria 60% dessa área para resolver as áreas condominiais da edificação. O vereador Preto registrou a presença do vereador Arnaldo Godoy. Leonardo Amaral Castro apresentou como medidas para a qualificação da ambiência urbana a fachada ativa para edificações de uso misto ou não residencial, e o térreo qualificado para edificações residenciais. Considerou que, um prédio residencial que possui estabelecimentos comerciais em sua base, geralmente é mais seguro. Informou que esse térreo com estabelecimentos comerciais não seria computado, como forma de incentivo a situações que são benéficas para a cidade. Disse que o térreo qualificado para edificações de uso residencial também não seria computado. Esclareceu que térreo qualificado trata-se de um afastamento e a criação de áreas verdes



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

interagindo com o espaço público, o que favorece a ambiência das ruas, a ampliação de áreas permeáveis e a facilitação do controle da fiscalização municipal das taxas de permeabilidade. Disse que o substitutivo também prevê um desestímulo ao excesso de vagas de estacionamento de veículos. Informou que, na mudança, os edifícios residenciais poderão ter 50m<sup>2</sup> de área de estacionamento por unidade e os edifícios não residenciais terão 50m<sup>2</sup> de área de estacionamento a cada 150m<sup>2</sup> de área líquida e o custo por m<sup>2</sup> de vaga que superar o limite é tanto maior quanto maior for a área de estacionamento adicional. Acrescentou que nas discussões do novo Plano Diretor houve uma participação intensa dos moradores do Bairro Lagoinha e o envio de sugestões populares, o que gerou no substitutivo propostas de diretrizes para intensificar o compromisso do poder público com a região da Lagoinha, sendo elas: 1) definição da necessidade de elaboração de um plano local para a região que inclua a configuração do Corredor Cultural da Lagoinha; 2) inclusão do plano local no escopo da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste Oeste - OUC Aclo e 3) ampliação dos limites da Área de Diretrizes Especiais - ADE, de forma a incluir a porção do bairro a leste da Avenida Antônio Carlos. Esclareceu que no substitutivo foi proposta uma transição da legislação, em que nos 6 primeiros meses a lei nova não vai valer, para que quem tenha um empreendimento pendente possa finalizá-lo; e nos 6 meses seguintes permanecem válidos os coeficientes de aproveitamento básicos constantes da legislação atual, limitados aos coeficientes de aproveitamento máximos previsto no novo Plano Diretor. Esclareceu que outorga onerosa é um instrumento que visa recuperar os investimentos públicos nas estruturas urbanas que são apropriadas pelos proprietários do terreno. Informou que o substitutivo ao projeto de lei inclui na fórmula da outorga onerosa do direito de construir fator único para todas as categorias de estruturação urbana, dado pela divisão do valor da outorga onerosa pelo coeficiente de aproveitamento praticado em cada projeto. Esclareceu que, dessa forma, todas as categorias de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estruturação urbana recebem o mesmo tratamento quanto ao cálculo do valor referente à outorga onerosa, com redução em relação àqueles cálculos de valor que se previam pagar na proposta original. Disse que, nas áreas em que a infraestrutura urbana adequada indica uma maior capacidade de suporte, é possível pagar menos para cada m<sup>2</sup> acrescido, uma vez que o valor relativo ao coeficiente efetivamente usado em cada empreendimento pode ser mais elevado. Esclareceu que a promoção do uso mais intensivo do solo barateia a outorga onerosa e que a nova fórmula estimula o adensamento nas áreas com capacidade para recebê-lo. Informou que esse modelo foi copiado do modelo da cidade de São Paulo. Ana Cristina Drumond disse que quando escutam o secretário falar parece que o Plano Diretor é maravilhoso, mas a realidade é outra. Considerou que no Plano Diretor não existe um segmento em que a voz da população seja ouvida. Disse que irá se restringir a falar do eixo Meio Ambiente e considerou que uma das obras mais combatidas por meio de audiências e manifestações foi a da duplicação da Avenida Pedro I. Considerou que a vida de moradores e comerciantes desapropriados foram destruídas, pois foram retirados de seus imóveis, mas os acordos não foram pagos em sua integralidade. Disse que essa obra ainda culminou na morte de dois jovens trabalhadores e infelizmente o prefeito disse que acidentes acontecem. Informou que a avenida possuía centenas de ipês rosas e amarelos que também foram destruídos e muitas nascentes foram soterradas. Considerou que não se deve apresentar um projeto de lei sem ouvir a população, especialmente a local. Disse ter solicitado uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - na CMBH, que lhe foi prometida, mas que não ocorreu. Alertou que a cidade corre o risco de perder a Mata do Planalto por falta de vontade política. Exibiu uma apresentação de fotos com árvores derrubadas, que faziam parte de um corredor ecológico. Disse que a PBH ao invés de dar suporte aos pequenos comerciantes que foram desapropriados, oferece diversos benefícios como descontos e isenção de tributos às grandes empresas. Considerou que o Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comam - foi



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estruturado de forma que a sociedade civil não tenha voz. Fernando Santana proferiu leitura de documento da Associação de Moradores de Belo Horizonte. Disse que a associação entrou nessa discussão com o objetivo de tentar corrigir as causas dos diversos problemas da cidade, como a verticalização irracional, a perda das áreas verdes, as deficiências do transporte público. Disse que o objetivo também era de discutir e proporcionar moradia digna para todos. Observou que poucos vereadores estão presentes nesta reunião tão importante para a cidade. Leonardo Pericles Vieira ponderou que a PBH tem sido incapaz de cumprir o seu papel, não apenas na gestão do prefeito Márcio Lacerda, mas desde 1992. Disse que, durante todo esse período, a PBH construiu apenas 25 mil unidades habitacionais, sendo que afirma que a necessidade é de 60 mil unidades habitacionais. Afirmou que, na realidade, são pelo menos 100 mil famílias que não têm onde morar em Belo Horizonte e que de acordo com dados de 2009 da PBH, ela possui terreno para abrigar mais de 330 mil famílias. Disse que, se vão construir um Plano Diretor sério, esse problema precisa ser contemplado na nova legislação. Disse que o terreno citado deveria ser destinado como área de interesse social para a construção de unidades habitacionais para atender as famílias que não têm onde morar e não para a construção de apartamentos de luxo. Disse que a PBH informou que nos próximos anos irá destruir 24 mil moradias. Informou que nos últimos anos as ocupações de Belo Horizonte construíram 25 mil unidades habitacionais e considerou que estão fazendo política habitacional muito melhor que a PBH. Informou que existem várias ocupações na região do Barreiro e que no meio dessas ocupações existem várias nascentes limpas e preservadas em uma área linda. Disse que o MLB enviou vários ofícios à PBH solicitando que a área fosse transformada em um parque e preservada. Informou que não foram atendidos e que “os ricos” construíram um muro na área. Disse que chamaram a polícia florestal e fizeram um boletim de ocorrência, mas nada aconteceu. Informou que essa área não está sendo considerada pela PBH. Disse que empresas construíram em cima das nascentes e que a PBH não



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fez nada. Informou que juntamente com a Escola de Arquitetura, a igreja e outros colaboradores, elaboraram um projeto para a construção de um parque no local. Considerou que essa área tem que ser incluída no novo Plano Diretor. Declarou que o pobre também tem o direito de usar os parques. Afirmou que foi uma luta para que algumas comunidades entrassem no novo Plano Diretor. Disse que receberam a promessa do prefeito Marcio Lacerda de que a PBH iria ligar água, luz e esgoto nas comunidades, mas a promessa não foi cumprida. Disse que as comunidades foram até a Conferência Municipal de Habitação para dialogar, mas foram recebidos com “porrada”. Declarou que o povo pobre não tem direito de participar da decisão da política habitacional. Considerou que esse Plano Diretor é um exemplo do que não deve ser feito. Considerou que a PBH tem a responsabilidade de falar e usar termos que as pessoas entendam, pois, em seu entendimento, até o vocabulário usado é uma forma de exclusão. Questionou o porquê de somente as comunidades Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva e Dandara estarem sendo contempladas no novo Plano Diretor. Observou que várias outras comunidades estão nos mesmos terrenos, sendo algumas até mais antigas, e não estão sendo contempladas. Declarou que todos possuem o direito à habitação, água, luz e esgoto. Edineia Aparecida de Souza disse ser uma das delegadas eleitas para participar da discussão do Plano Diretor. Disse que é do movimento organizado desde a década de 80 e milita na área da moradia. Informou morar no Conjunto Taquaril. Disse que há 30 anos a comunidade do Taquaril conquistou o direito de morar, mas não conquistaram o direito de morar com dignidade. Informou ter participado das quatro edições da discussão do Plano Diretor de Belo Horizonte e relatou o processo dessas discussões. Disse que há 6 anos conseguiram aprovar o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - Progressivo. Observou que, se o Plano Diretor já tivesse sido aprovado na CMBH, na forma em que foi discutido, já teriam colocado em prática o IPTU Progressivo. Considerou que as pessoas que precisam de moradia não destroem o meio ambiente





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e sabem conviver com ele. Declarou que construir uma cidade para todo mundo é construir possibilidade para todos os que moram nessa cidade. Disse que, depois que discutiram e construíram o plano, muitos que não participaram criticam-no. Informou que, no ano passado, o presidente desta Casa realizou um seminário caro para discutir o Plano Diretor e agora não quer aprová-lo, pois não sabe se será do interesse do próximo prefeito. Ângela Fagundes disse concordar com o novo Plano Diretor. Questionou sobre as outras ocupações que não estão sendo contempladas no plano. Afirmou que, pelo tempo que está na militância, sabe que os movimentos sociais construíram mais moradias que a PBH. O vereador Arnaldo Godoy esclareceu que o plano está nesta Casa há dois anos e só não foi votado porque o Poder Executivo determinou que ele não fosse votado. Informou que recentemente o Poder Executivo apresentou o substitutivo que foi apresentado nesta reunião pelo secretário municipal adjunto de Planejamento Urbano. Disse que ainda precisam entender esse substitutivo e, por isso, precisam de cautela para aprová-lo. Observou que, no próximo ano, terão uma nova Conferência Municipal de Política Urbana. Disse que precisam decidir se é melhor votar o Plano Diretor agora e aprimorá-lo no próximo ano ou deixar para votá-lo no próximo ano. Considerou que depende da força dos movimentos sociais dizer para a CMBH o que é melhor. O presidente disse que os movimentos habitacionais não devem ser desrespeitados. Afirmou que o que foi definido está no Plano Diretor e deve ser respeitado. Considerou que o projeto só não será votado se os vereadores não quiserem. Disse que não votaram o projeto ainda porque a oposição pediu prazo. O presidente declarou que a reunião estaria encerrada. Leonardo Pericles Vieira solicitou que antes de encerrar a reunião a palavra fosse franqueada ao público que queria se manifestar. O presidente prorrogou a reunião por mais uma hora e franqueou a palavra ao público: 1) Rogério reclamou que na sua comunidade não existe esgoto e nem luz. Disse que alguns poucos moradores mais antigos possuem esses serviços e questionou porque os demais não possuem. O



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

presidente disse que esse tema não cabe nesta audiência. 2) Maria de Fátima Santos disse que todos que estão presentes nesta reunião foram convidados para participar desta audiência pública. Declarou entender que esta é a casa do povo e quando a população vem participar de uma audiência pública quer ter o direito de se manifestar e que não são apenas os membros da mesa que têm o direito de fala. Disse ser moradora do Bairro Buritis, bairro que considera ter sofrido uma urbanização predatória. Declarou que foi a sociedade civil que construiu o novo Plano Diretor. Disse que, em 2014, durante oito sábados, participou como cidadã das discussões e deliberações sobre o novo Plano Diretor. Disse que o setor imobiliário se retirou da conferência. Exigiu respeito pelo trabalho realizado por aqueles que participaram e que o novo Plano Diretor seja votado. Leonardo Pericles Vieira informou que as pessoas que estavam na galeria e desceram para se inscrever para falar estão sendo impedidas pela segurança da Casa de entrar no plenário. Solicitou ao presidente que estas pessoas sejam liberadas para entrar no plenário para se inscrever. O presidente informou que possuíam apenas uma hora de reunião e, por isso, no máximo 12 pessoas teriam o direito à fala. 3) Flávio Torre, assessor do vereador Gilson Reis, afirmou que em nenhum momento a oposição pediu prazo para a votação do projeto. Informou que o projeto de lei chegou à CMBH em agosto de 2015 e passou pelas comissões e agora está pronto para ser votado em plenário. Informou que o vereador Gilson Reis apresentou uma série de emendas ao projeto para garantir que os recursos oriundos do IPTU Progressivo e da outorga onerosa do direito de construir sejam efetivamente destinados ao Fundo Municipal de Habitação Popular. Disse que encontrou agora o substitutivo do projeto de lei no *site* da PBH, porém considerou que o substitutivo está disponibilizado de maneira em que o acesso foi dificultado. Disse que olhou rapidamente o substitutivo, mas percebeu que, se no projeto original a destinação dos recursos do IPTU Progressivo era para o Fundo Municipal de Habitação Popular, no substitutivo não consta a informação da destinação desses recursos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Declarou que isso significa que esses recursos cairão no caixa da PBH e que nada garante que serão aplicados na habitação popular. Ressaltou que precisam de tempo para avaliar o substitutivo e questionou se o trabalho da conferência está sendo respeitado. 4) Alexandre Torres, assessor do vereador Gilson Reis, disse que o prefeito descumpriu a lei de 2003 que obriga a realização da Conferência Municipal de Política Urbana, entretanto os movimentos sociais chamaram a 1ª Conferência de Política Popular, o que obrigou a PBH a realizar a Conferência Municipal de Política Urbana. Disse ser importante lembrar o quanto a PBH desde o início tentou enrolar o povo. Disse que a PBH havia afirmado que o recurso dos terrenos que foram para a PBH Ativos S/A iria para o Fundo Municipal de Habitação, mas isso não ocorreu. Afirmou que novamente a PBH tenta enrolar a população tirando do novo Plano Diretor o destino desses recursos. Solicitou aos representantes dos movimentos sociais que analisem a tabela do artigo 15 do projeto de lei, pois não está definido o recurso mínimo da outorga onerosa que tem que ser destinado para o Fundo Municipal de Habitação. Disse que pode ser que da forma que está no projeto nenhum recurso vá para o Fundo Municipal de Habitação. Disse que, no plano original aprovado nas conferências, os recursos oriundos do IPTU Progressivo iriam para o Fundo Municipal de Habitação, mas no substitutivo este inciso foi suprimido. Ressaltou que a CMBH ainda não distribuiu o substitutivo do Plano Diretor e disse que isso significa que a votação ocorrerá “a toque de caixa” e que os vereadores comprometidos não terão tempo hábil para analisar o substitutivo. O presidente disse que a CMBH não distribuiu o substitutivo porque não quis, pois ele está na Casa há um mês. Leonardo Pericles Vieira solicitou que as pessoas que estão sendo impedidas de entrar no plenário para se inscrever sejam liberadas. 5) Marcos Landa, assessor do vereador Adriano Ventura, disse que assina embaixo do que Leonardo Péricles Vieira e Edineia Aparecida de Souza falaram. Acrescentou que a legislação determina que na aprovação do Plano Diretor também seja aprovado o Conselho Gestor do Plano Diretor.



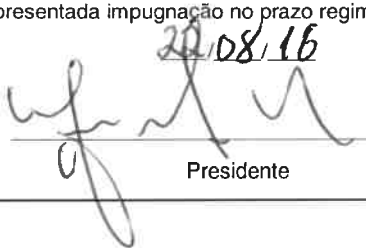
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Informou que esse conselho tem o papel de acompanhar e monitorar a implantação do Plano Diretor. Sugeriu que o conselho seja formado pelas mesmas pessoas que compõem a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor. Observou que aprovar o Plano Diretor não significa que os seus instrumentos sejam implementados. Considerou importante que, após aprovado o plano, a mobilização continue. Propôs aos vereadores da Casa que visitem as ocupações. 6) Ernani Ferreira disse ser representante da região oeste de Belo Horizonte. Declarou que a região oeste entende que é necessária a continuidade da tramitação do Plano Diretor nessa Casa. Observou que os Poderes Executivo e Legislativo devem ser independentes. Disse que o Estatuto da Cidade é fundamental no Plano Diretor. Leonardo Péricles Vieira questionou o motivo pelo qual as pessoas não estão tendo direito de entrar nesta reunião. Observou que esta é a casa do povo. O presidente disse que a reunião não pode ser tumultuada e que faltam dez minutos para o encerramento da reunião. 7) Arnalda Melgaço dos Santos informou que possui 75 anos e tem acompanhado o movimento por habitação. Disse que viveu os tempos da ditadura e questionou se a ditadura está voltando. Disse entender que estão presos na CMBH, pois três “senhoras de idade” quiseram ir ao banheiro, mas foram informadas de que se saíssem do plenário não poderiam entrar novamente. Informou que existem pessoas fora do plenário querendo entrar. Questionou onde está a democracia. 8) Cidadã que não se identificou sugeriu que se o povo não tem direito a entrar no plenário, que quem está dentro não deixe ninguém sair. Solicitou ao presidente que respeite as pessoas que vieram participar da reunião. O presidente solicitou respeito à reunião. Disse que iria liberar para as pessoas entrarem no plenário e para que mais 10 pessoas usassem a palavra. Leonardo Péricles Vieira disse que o povo não está tumultuando a reunião. Afirmou que os seguranças não deixaram as pessoas entrarem no tempo de inscrição, por isso, solicitou que as pessoas que foram impedidas de se inscrever possam fazer o uso da palavra. O presidente disse que a CMBH possui regimento e regras e que o prazo regimental já



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

havia acabado. Propôs prorrogar a reunião por mais 50 minutos para que as pessoas se manifestem desde que haja respeito à reunião. Leonardo Péricles Vieira disse que aceitam o acordo, se todos puderem entrar no plenário e que os encaminhamentos sejam feitos de acordo com as cobranças apresentadas. O presidente solicitou a presença do chefe da segurança no plenário e deu a ele a orientação para que liberasse as pessoas para entrarem no plenário. Afirmou que os vereadores estão ao lado do povo. Edineia Aparecida de Souza propôs que todos os cidadãos que vieram discutir e não tiveram o direito de discutir se retirem desta audiência pública e que só retornem quando o poder público respeite o direito de voz. Leonardo Péricles Vieira discordou da proposta. O presidente afirmou que devido ao tumulto não é possível dar continuidade à reunião e declarou encerrados os trabalhos às 17h10min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA  
(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)  
distribuída em avulso, no dia 05/08/16, não  
foi apresentada impugnação no prazo regimental.  
28/08/16  
  
Presidente